



O Brasil está entre os 10 piores países para o trabalhador

Pela primeira vez o Brasil aparece na lista dos 10 piores países do mundo para o trabalhador. É o que revela o Índice Global de Direitos, apresentado durante a Conferência Internacional do Trabalho da OIT. Os dados são assustadores e mostram que a política de austeridade beneficia apenas o topo da pirâmide social, cada dia mais rico.

São 13,2 milhões de pessoas desempregadas. O número equivale à população total de Portugal - 13,3 milhões. Tem ainda os 5 milhões de desalentados (aqueles que desistiram de procurar emprego) e 28,4 milhões de subutilizados.

Sem dúvida alguma, a reforma

trabalhista agravou o quadro do país. E as perspectivas não são nada boas. Sem um projeto de governo para retomar o crescimento, Jair Bolsonaro joga o Brasil no abismo.

A recessão econômica está longe de acabar, o número de desempregados cresce, as estatais, fundamentais para o desenvolvimento, são entregues de mão beijada ao grande capital internacional e o trabalhador tem o salário achatado.

O Índice Global de Direitos classificou 145 países, de acordo com 97 indicadores reconhecidos internacionalmente e que apontam as nações onde o trabalhador está menos protegido pela legislação.

Caixa é cobrada a respeitar ACT

As mudanças no MN RH 221 (001) é uma afronta aos direitos previstos na cláusula 32 do ACT 2018/2020. Foi o que os conselheiros eleitos do Conselho de Usuários do Saúde Caixa defenderam em reunião realizada com a direção da empresa.

Entre os prejuízos apontados, a exigência de contribuição mínima de 120 meses para que o empregado aposentado pelo INSS mantenha o plano após rescisão de contrato de trabalho. O acordo não prevê isso.

A Caixa reforça que a restrição é baseada na RN 279 da ANS, que disciplina os artigos 30 e 31 da Lei

9.656/98. Os conselheiros reafirmaram que não aceitam a manutenção do dispositivo. Agora, medidas estão sendo estudadas para obrigar o banco a cumprir os termos do ACT. Já os representantes da Caixa vão consultar o departamento jurídico.

Casal Caixa - Outro tema tratado na reunião sobre o RH 221 foi o conceito "casal Caixa". Os empregados criticaram o item, pois impõe restrições não previstas aos casados entre si. Pelo ACT, está garantida que nestes casos é facultada a inscrição de apenas um dos cônjuges, ficando o outro como dependente.

Publicação do BNDES desmente Bolsonaro

A página oficial do BNDES contraria um discurso frequente de Jair Bolsonaro. O presidente repete que o Brasil envia recursos para financiar obras em outros países. A informação é do blog de Guilherme Amado, na revista Época. O banco, diz exatamente o contrário do que diz o presidente.

"O BNDES não envia dinheiro a outros países. Quando você ouve falar que o Banco apoia uma obra no exterior, saiba que o BNDES financia apenas a parte de bens e serviços brasileiros que são exportados para uso naquela obra", diz o site.

A seção de respostas ao público contraria outra afirmação frequente de Bolsonaro: a de priorização para financiamento de obras em países como Cuba e Venezuela.

"Não é verdade. O BNDES financia exportações de empresas brasileiras para mais de 40 países [...] Ao contrário do que comumente é noticiado, o maior destino dessas operações são os EUA (US\$ 17 bilhões de 1998 a 2017). Em seguida, vêm Argentina (US\$ 3,5 bilhões), Angola (US\$ 3,4 bilhões), Venezuela (US\$ 2,2 bi) e Holanda (US\$ 1,5 bi)", responde a página.

Sindicato convoca Assembleia extraordinária

O Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Dourados e Região realiza nesta quinta-feira (27/06), às 17 horas na sede da entidade em Dourados, Assembleia Geral Extraordinária para debater e apresentar propostas a serem encaminhadas ao 13º CONCUT (Congresso Nacional da CUT), bem como a eleição de delegados/as ao 13º CONCUT e ao 11º CECUT (Congresso Estadual da CUT). Para tanto convoca toda a categoria, sócios e não sócios a se fazerem presentes para contribuir na organização dos trabalhadores.

Novo aumento na Cassi

Mais um absurdo na Cassi. Foi aprovado o aumento da coparticipação sobre consultas e exames do plano e a alteração do limitador de 1/24 do salário para a cobrança. A aprovação foi resultado dos votos favoráveis dos indicados do BB e de Sérgio Faraco, um dos representantes eleitos pelos associados. Agora, a coparticipação sobre consultas vai para 50% e sobre exames para 30%. Esta foi a segunda alta dos percentuais da cobrança este ano e em janeiro, a coparticipação sobre consultas passou de 30% para 40% e sobre exames de 10% para 20%. Mais detalhes no site do sindicato.

Silêncio vergonhoso

Vergonhoso o silêncio das instituições e entidades representativas do sistema de Justiça diante do argumento falacioso de Moro e Dallagnol. Para se defender do escândalo da Lava Jato, afirmam ser comum, procuradores e juízes atuarem juntos no trabalho da acusação. Isso é prática de Estado policial. Cadê a Ajufe, que apoiou o golpe? A ANPR? E o CNJ? Até agora somente a OAB e a Associação Juízes para a Democracia se manifestaram condenando as relações promíscuas entre Moro e Dallagnol. "Não aceitaremos, pois, que, para justificar sua conduta inapropriada, o ministro tente imputar a toda a magistratura nacional a prática das mesmas ilicitudes". Diz nota da AJD.